

Art. 2º Revogar as Portarias de nºs 81/2009, 1107/2006, 837/2007, 498/2013, 290/2018, 404/2018, 605/2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Maceió, 21 de janeiro de 2019

PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO

Desembargador Presidente

Portaria Presidência - 14 - GDG

SEI/TRE-AL - 0489983 - Portaria Presidência

Portaria Presidência Nº 14/2019 TRE-AL/PRE/DG/GDG

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de se efetuar um permanente, adequado e oportuno planejamento das eleições, referendos e plebiscitos,

CONSIDERANDO a publicação da Resolução TRE/AL nº 15.904/2018 que aprovou o Regulamento da Secretaria, estabelecendo a modificação na estrutura organizacional das unidades,

CONSIDERANDO o que consta no Procedimento Administrativo nº 0000418-67.2019.6.02.8000,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO DE ELEIÇÕES.

Art. 2º A Comissão, subordinada diretamente à Presidência do Tribunal, será composta pelos titulares dos seguintes cargos:

- I – Diretor(a)-Geral;
- II – Assessor(a) Especial da Presidência;
- III – Secretário(a) de Administração;
- IV – Secretário(a) de Tecnologia da Informação;
- V – Secretário(a) Judiciário;
- VI – Secretário(a) de Gestão de Pessoas;
- VII – Assessor(a)-Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral;
- VIII – Assessor(a) de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral;
- IX – Servidor(a) lotado(a) na Ouvidoria Eleitoral.

§1º A Comissão será presidida pelo(a) Diretor(a)-Geral.

§2º Nas ausências e impedimentos dos titulares, a Comissão será integrada pelos seus respectivos substitutos.

§3º O(A) Assessor(a) de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral atuará também como secretário(a) dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º A Comissão convocará um Chefe de Cartório para atuar como representante das Zonas Eleitorais.

Art. 4º No campo de suas atribuições institucionais, a Comissão Permanente de Planejamento de Eleições, em busca dos padrões de

eficiência e efetividade de ações, terá o encargo de planejar, organizar e estabelecer a estratégia de ações para operacionalização e logística das eleições.

Art. 5º As diretrizes da Comissão, após aprovação da Presidência, vinculam os Juízes das Zonas e Juntas Eleitorais do Estado, que devem cumprir fielmente as rotinas padronizadas.

Parágrafo único. A Presidência do Tribunal, após parecer da Comissão, poderá autorizar, excepcionalmente, que algumas Zonas Eleitorais adotem procedimentos diferenciados na execução dos trabalhos atinentes aos pleitos eleitorais, sempre em observância ao melhor gerenciamento administrativo e para melhor atendimento das peculiaridades locais.

Art. 6º Para cada pleito eleitoral o Presidente do Tribunal, após provocação da Comissão Permanente de Planejamento de Eleições, implantará comissão de execução e avaliação das eleições.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Portarias Presidência nºs 175/2017 e 309/2017.

Maceió, 18 de janeiro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO, Presidente**, em 22/01/2019, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0489983** e o código CRC **D4638194**.

Portaria - 1 - GPRES

SEI/TRE-AL - 0490435 - Portaria

Portaria Nº 1/2019 TRE-AL/PRE/GPRES

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento das informações divulgadas no Portal da Transparência, na página da *internet* do Tribunal, para fins de atendimento da Resolução CNJ nº 215, 16 de dezembro de 2015, que disciplina a aplicação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação);

CONSIDERANDO que a transparência constitui um dos atributos de valor constantes do Planejamento Estratégico do Tribunal, devendo orientar a conduta dos gestores no trato com os usuários;

CONSIDERANDO ser a publicidade um dos princípios fundamentais regentes da Administração Pública, compreendendo a transparência, a acessibilidade, a integralidade e a integridade das informações referentes à gestão administrativa e financeira da coisa pública; e

CONSIDERANDO o compromisso da Presidência do Tribunal em garantir a efetividade do direito fundamental de acesso à informação, em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral como responsável por coordenar, junto às demais unidades